

Relações Laborais em Moçambique, 1800*

*Filipa Ribeiro da Silva***

Resumo. Neste artigo analisamos as relações laborais em Moçambique na transição do século XVIII para o XIX, utilizando o ano de 1800 como referência. O nosso estudo está dividido em cinco secções, onde apresentamos o estado da arte sobre o tema, as fontes históricas consultadas e seus desafios metodológicos, os limites territoriais, a população total da região à época e as suas principais actividades económicas. Terminamos com a estimativa e análise da população activa e dos tipos de relações de trabalho na região.

Palavras-chave: Moçambique; População inactiva/activa; Economia; Relações laborais.

Labor relationships in Mozambique, 1800

Abstract. Labor relationships in Mozambique are given within the transition period from the 18th to the 19th century, with 1800 as a reference. Current study is divided into five sections in which the state-of-the-art on the theme, historical sources consulted and methodological challenges, territory limits, total population in the country and the main economical activities are provided. Estimates and analysis of active population and types of labor relationships in the region conclude the discussion.

Keywords: Mozambique; Inactive/active population; Economy; Labor relationships.

Relaciones Laborales en Mozambique (siglo XIX)

Resumen. En este artículo analizamos las relaciones laborales en Mozambique, durante la transición del siglo XVIII al XIX, tomando el año 1800 como referencia. Nuestro estudio está dividido en cinco secciones, en las que presentamos el estado del arte sobre el tema, las fuentes históricas consultadas y

* Artigo recebido em 08/08/2013. Aprovado em 17/10/2013.

** Professora da Universidade de Macau, SAR, China. E-mail: frisi116@gmail.com

sus desafíos metodológicos, los límites territoriales, la población total de la región durante dicho período y sus principales actividades económicas. Concluimos con la estimativa y el análisis de la población activa y los tipos de relaciones de trabajo en la región.

Palabras Clave: Mozambique; Población inactiva/activa; Economía; Relaciones laborales.

Introdução

Nas últimas décadas, vários estudiosos interessados em questões de demografia e história económica têm tentado estimar a população de Moçambique nos últimos cinco séculos, utilizando como referência os actuais limites territoriais. O primeiro desses estudos de McEvedy and Jones estimou a população da região em cerca de 2 milhões de habitantes (MCEVEDY; JONES, 1978). Maddison, alguns anos depois, ofereceu um valor ligeiramente superior, indicando um total de 2.2 milhões para o ano de 1850 (MADDISON, 2004); enquanto as mais recentes estimativas da autoria de Patrick Manning apontam para um total bastante superior, cerca de 8 milhões de habitantes em 1850 (MANNING, 2010). Estas estimativas da população, ainda que importantes contributos para demografia histórica e estudo das realidades socioeconómicas da região, dizem-nos pouco sobre a densidade populacional do território, a distribuição geográfica das actividades económicas, os tipos de actividades e de relações de trabalho, quer em Moçambique, quer nas áreas vizinhas no final do século XVIII e início do século XIX, ou mesmo no século XX. Nos últimos 50 anos, outros investigadores, utilizando uma abordagem mais qualitativa, têm apresentado importantes estudos sobre a economia da região e suas ligações com o Oceano Índico e o Atlântico Sul, em particular através do comércio, incluindo o tráfico de escravos (ALPERS, 1975; CAPELA, 1987; 1993; 1995; 2002; ALLEN, 1999; MACHADO, 2003; 2005; NEWITT, 1973; ISAACMAN, 1972; ALLINA-PISANO, 1997; 2012).

Aliando o contributo das duas grandes linhas de pesquisa referidas acima ao estudo detalhado de fontes primárias e à recente abordagem das relações laborais desenvolvida pelo Colaboratório Global para a História das Relações Laborais, neste artigo vamos apresentar uma primeira análise da população total e economicamente activa em Moçambique e as suas relações de trabalho no final do século XVIII e início do século XIX, utilizando como referência o ano de 1800.

O nosso estudo está dividido em quatro secções. Na primeira secção, apresentamos as fontes históricas consultadas e discutimos alguns dos principais desafios e problemas metodológicos que estas nos colocam. Segue-se uma breve análise dos limites territoriais de Moçambique durante a época estudada e a apresentação das primeiras estimativas mais pormenorizadas da sua população total e economicamente activa. Na secção três e quatro iremos finalmente examinar as principais actividades económicas da região à época. Terminamos com uma breve análise dos grupos populacionais envolvidos nos diferentes tipos de actividades e dos tipos de relações de trabalho em que surgem envolvidos.

Para isso, é essencial o estudo cuidado de diversas colecções de fontes primárias produzidas por alguns grupos de habitantes e pelas autoridades de Moçambique à época. Começaremos precisamente por uma breve análise destes materiais e dos desafios metodológicos que colocam ao investigador.

Fontes e Problemas metodológicos

Os marinheiros e exploradores portugueses chegaram, pela primeira vez, à costa de Moçambique na década de 1490. Desde então, as referências à geografia da região, o seu povo, seu modo de vida e de trabalho surgem com alguma regularidade em vários tipos de documentos produzidos por funcionários civis, militares e religiosos ao serviço da Coroa Portuguesa, bem

como por privados envolvidos em actividades económicas na região, no Oceano Índico ou no comércio intercontinental. A maioria desses materiais encontra-se depositada no Arquivo Nacional de Moçambique (AHM), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT), e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ambos em Lisboa. Outros documentos estão dispersos pelas colecções de vários arquivos europeus localizados em Espanha, França, Inglaterra e no Vaticano. Relatórios de funcionários régios, descrições da terra, das pessoas e da economia, e relatos de viagens de pilotos, capitães e mestres estão entre as fontes mais comuns para o estudo da Época Moderna. Estes tipos de fontes fornecem-nos informações preciosas sobre as populações e actividades económicas, incluindo a produção, circulação e comercialização de produtos, e pessoas. No entanto, na maioria das vezes, essa informação é de natureza qualitativa, forçando o pesquisador interessado em dados quantitativos para analisar as relações económicas e sociais a procurar formas alternativas de ler e explorar esses materiais. Extrapolações e estimativas são, muitas vezes, as soluções adoptadas para superar a falta de dados seriais. Nas fontes portuguesas anteriores a 1900 este é um problema constante.

Somente, a partir da década de 1750, dado o crescente interesse dos Estados Europeus nos seus impérios e respectivos recursos materiais e humanos, é possível encontrar alguma informação estatística sobre a população e suas actividades. Entre este tipo de documentos encontram-se mapas de população, contagens e censos parciais. Dados os interesses económicos e políticos que guiaram a produção destas estatísticas históricas, na maioria dos casos, a informação está organizada por colónias e suas divisões administrativas.

Para a população moçambicana encontraremos contagens populacionais para várias localidades e distritos a partir de 1722. Muitos destes documentos contêm informações sobre a população total por distrito, a

distribuição por grupo étnico, e, em alguns casos, por sexo e grupos etários. Alguns mapas incluem também informações sobre nascimentos, óbitos e casamentos. Menos comuns são mapas com a contagem e distribuição da população por profissão ou actividade económica. Na maioria dos casos, estas foram feitas somente após a década de 1780. Estes tipos de informações têm um enorme potencial, pois permitem não só o estudo dos movimentos populacionais, a sua densidade territorial, e composição étnica, etária e por sexos, mas dão-nos também a possibilidade de identificar a população activa dos territórios nestes recortes cronológicos mais recuados.

Porém, estas fontes também colocam vários desafios ao pesquisador. Em primeiro lugar, a sua cobertura geográfica é limitada às áreas sob a jurisdição e controle efectivo da Coroa Portuguesa e dos seus funcionários e súbditos. Como é sabido esse controlo ficava muito aquém dos limites fronteiriços do actual território de Moçambique, e em alguns períodos históricos ter-se-ia estendido a territórios que actualmente correspondem a zonas de fronteira com os estados africanos do Malawi e do Zimbabwe. Por isso, a informação disponibilizada por estas fontes só pode ser considerada como uma amostra para o actual território do país.

Associado ao problema da cobertura geográfica esta também a questão da delimitação das fronteiras modernas. Em África, estas demarcações só teriam lugar a partir do final do século XIX e no decurso do século XX, verificando-se ainda algumas alterações nos limites geográficos de alguns países africanos na segunda metade da mesma centúria na sequência dos processos de descolonização e independência, por vezes, associados a situações de guerra civil e conflitos com países vizinhos. No caso de Moçambique, a delimitação das fronteiras modernas só se verificaria a partir do final do século XIX e princípio do século XX, na sequência de várias campanhas militares organizadas pela Coroa Português para ganhar controlo sob o interior, dadas as

disputas com a Grã-Bretanha e outros poderes coloniais pelos territórios coloniais no continente africano.

As reformas introduzidas pelos Estados Europeus na divisão administrativa interna dos antigos territórios coloniais constituem um outro problema relacionado com as dificuldades suscitadas pela limitada cobertura geográfica das fontes disponíveis.

O segundo grande desafio colocado ao pesquisador por estas fontes é o conjunto de critérios utilizados pelos produtores das mesmas para incluir e/ou excluir determinadas informações. Como já mencionado anteriormente, as descrições económicas dos territórios, as contagens populacionais e outras estatísticas acerca das colónias africanas foram encomendados a partir de meados do século XVIII para fins políticos e económicos. Os Estados europeus da época tinham como objectivo mapear a terra, as pessoas e os recursos sob sua soberania para fins de tributação, exploração da força de trabalho disponível e uso dos recursos minerais e agrícolas, a fim de maximizar a produção económica colonial. As informações recolhidas nas contagens da população, censos e estatísticas económicas das colónias reflectem, assim, esses interesses dos Estados europeus, privilegiando a colecta de determinados elementos. No caso de Moçambique, as primeiras contagens populacionais feitas a partir de meados de 1700 foram, em nosso entender, feitas essencialmente para fins fiscais.

O objectivo era, assim, registar os súbditos a residir e/ou servir no império. Os chamados Portugueses e seus descendentes, Indianos e seus descendentes, e os Africanos baptizados a viver sob o controlo dos dois grupos referidos foram, assim, o principal alvo destas contagens populacionais e dos primeiros censos parciais. A população local, ou seja, os africanos: livres, escravos ou forros, não baptizados, que viviam e/ou trabalhavam em áreas rurais nas margens da influência das autoridades portuguesas, em contra

partida, ficaram por arrolar nestas contagens. No caso de Moçambique, a população contabilizada nestas primeiras estatísticas corresponde somente a cerca de 10% da população total da colónia.

Para obter informações sobre os grupos não recenseados, que na maioria dos casos, representavam cerca de 90% do total da população da colónia, o pesquisador necessita de recorrer a outro tipo de informação estatística, incluindo o registo parcial dos indivíduos a residir e trabalhar em fazendas (chamadas *Praços*, no caso de Moçambique), ou em pequenas unidades económicas. Mas, mesmo nestes tipos de fontes, nem todos os africanos aparecem inscritos. As crianças e as mulheres foram, muitas vezes, excluídas. As primeiras eram, frequentemente, vistas como pertencentes a grupos etários inaptos para o trabalho e as segundas como dependentes de seus maridos sendo, por isso, registadas juntamente com o respectivo cônjuge. Na melhor das hipóteses, o pesquisador encontra dados sobre casais, que lhe permitir extrapolar a dimensão destes grupos populacionais.

Um último ponto digno de nota ainda sobre a inclusão e exclusão de elementos nestas contagens populacionais são os dados relativos às profissões - fundamentais para o estudo das relações de trabalho. Para Moçambique, a primeira contagem de população com uma desagregação de dados por profissão data de 1780. Mas, os elementos disponíveis apresentam alguns desafios ao pesquisador. A maioria destas contagens contém apenas informações sobre as profissões para os homens de origem ou descendência Portuguesa, ou nascidos em Moçambique, Portugal ou em outras partes do império, bem como indivíduos de ascendência Indiana com residência e/ou importantes actividades económicas na colónia. Tal como no caso da população total, os dados disponíveis para ocupações, na maioria dos casos, representam cerca de 1% da população activa da colónia. Estes elementos

devem, por isso, ser vistos como uma pequena amostra da participação dessa população activa na economia local, regional e internacional.

Para identificar o tipo de actividades económicas nas diversas regiões do território em estudo, as profissões associadas, a participação dos diversos grupos populacionais nessas actividades e o tipo de relações de trabalho em que os seus membros surgem envolvidos, é necessária a consulta de outras fontes, incluindo: relatórios de funcionários do Estado Português em postos civis, militares e religiosos, bem como inventários e livros de contabilidade de casas, fazendas e pequenas unidades de produção.

O terceiro grande problema colocado ao pesquisador por estas fontes é a fluidez de categorias adoptadas pelos funcionários que definiram a estrutura destas contagens e os indivíduos que recolheram os dados no terreno. Nas primeiras contagens populacionais e censos parciais de Moçambique, a população da colónia aparece dividida em três grupos principais: portugueses, indianos e africanos. Dentro destas categorias, especialmente nas duas primeiras, há, em muitas das fontes, uma distinção ente Portugueses e Indianos nascidos em Moçambique, no Estado da Índia e em Portugal, os quais surgem arrolados em diferentes subcategorias. Em algumas fontes, é feita também menção à categoria de pardos e/ou mestiços, embora, nem sempre seja claro quais os indivíduos contabilizados sob esta categoria. Em princípio, descendentes de casamentos inter-raciais deviam ser inscritos na mesma. No entanto, há evidências que tal arrolamento dependia em muitos casos de poder político e económico dos indivíduos envolvidos ou dos seus progenitores. Assim, crianças de descendência Afro-portuguesa cujo pai ou mãe fossem pessoas influentes na colónia podiam ser registadas como Portugueses nascidos na colónia e não como mulatos ou pardos. Isto aplicava-se aos descendentes de vários tipos de relações inter-raciais. O mesmo se aplicava também às mulheres

mulatas detentoras de uma boa situação económica e/ou casadas com Portugueses ou seus descendentes.

Quanto aos africanos, os funcionários responsáveis pela colecta de dados populacionais tendem a registar apenas aqueles que haviam sido baptizados, pois em muitos casos as fontes utilizadas para obtenção dos dados foram os livros de registo de baptismo. Essas pessoas, muitas vezes, aparecem arroladas em categorias vagas, como por exemplo: “Pretos cristãos” ou “Pretos baptizados”. É, porém, difícil determinar quem foi registado sob estas categorias: todos os Africanos baptizados (incluindo homens, mulheres e crianças) ou apenas os chefes de famílias cristãs africanas?

Apesar dos muitos problemas e desafios listados anteriormente, em conjunto estas fontes de meados do século XVIII e início do século XIX fornecem-nos informações preciosas para reconstruir a população total e activa do território moçambicano sob jurisdição portuguesa, estudar o tipo de actividades económicas desenvolvidas, as profissões associados e o tipo de relações laborais estabelecidas na época. Passemos, então, à análise dos limites territoriais de Moçambique no início de Oitocentos e das estimativas preliminares da sua população total.

Território e População

No século XVIII e no início século XIX, a influência Portuguesa na África Oriental cobria uma faixa de território ao longo do vale do Zambeze, que se estendia a partir da zona costeira entre Sofala e Quelimane em direcção a Sena, Tete e Zumbo no interior (actualmente regiões limítrofes com a Zâmbia e o Zimbabwe). No decorrer do século XIX, Portugal veria também a controlar várias áreas costeiras, incluindo as ilhas de Querimba e Ibo, e as regiões de Angoche, Inhambane e a actual zona de Maputo. Durante este período, a influência portuguesa fez-se também sentir em partes do sudeste da actual

Zâmbia e no sul do Malawi. As fontes primárias produzidas pelas autoridades civis, militares e religiosas portuguesas na época contém, assim, apenas informações relativas à população e suas actividades na região acima descrita, que corresponderia a cerca de 30% da superfície do actual território. Os dados aqui apresentados e discutidos devem, por isso, ser vistos somente como uma amostra representativa da população e as relações de trabalho nessa região.

As primeiras contagens e censos da população realizados pelas autoridades portuguesas em Moçambique entre 1722 e 1810 apontam para uma cifra aproximada de 1.500 a 3.000 habitantes (HOPPE, 1970, p. 108-109; NEWITT, 1973, p. 140-141; RODRIGUES, 2002, p. 236-237; WAGNER, 2009, p. 227). Porém, estes números correspondem somente à população de origem portuguesa e indiana, seus descendentes, criados e escravos baptizados.

A população africana livre, não baptizada e com residência nas zonas de influência portuguesa, muitas vezes na vizinhança e dependência dos chamados *Prazos* existentes ao longo do vale do Zambeze contabilizariam cerca de 75.000 e 80.000 casais de colonos africanos livres (AHU, Moçambique, cx. 95, doc. 51; RODRIGUES, 2002, p. 621). Se assumirmos que cada casal era composto pelo menos por dois cônjuges e uma média de seis filhos¹, a população africana livre a viver na zona de influência sob a categoria de colono contabilizaria cerca 150.000 para 160.000 adultos e, pelo menos, 225.000 a 240.000 crianças. O número total de indivíduos é assim estimado entre 375.000 e 400.000. No que respeita à população escrava não baptizada, de acordo com vários mapas estatísticos e relatórios estudados, o seu número seria aproximadamente de 25.000 a 35.000 indivíduos (TRUÃO, 1889, p. 40; MIRANDA, 1911; RODRIGUES, 2002, p. 625). Na documentação consultada surge também referência à presença de crianças ente a população africana.

¹ Esta media é ainda comum no século XX e até recentemente em algumas zonas rurais de Moçambique.

Porém, este tipo de registo não foi feito de forma sistemática, pois as mesmas eram consideradas inaptas para o trabalho, e estas contagens de escravos eram feitas para fins fiscais e económicos, como já referimos. Nos casos em que dispomos deste tipo de informação, o número de crianças raramente excede os 5 a 15% do total da população escrava. Estimamos, assim, que entre a população escrava contar-se-ia ainda cerca de 5.000 a 7.000 crianças, e podendo em algumas décadas ter atingido um máximo de 10.000. A população escrava da área sob o domínio português pode ser assim estimada entre cerca de 32.000 e 45.000 indivíduos.

Com base nestes elementos estimamos assim que a população total na área controlada pelos portugueses rondasse os 400.000 a 500.000 indivíduos, isto é, meio milhão de pessoas. Os africanos representariam cerca de 98% da população, sendo na sua maioria livre, com um número total de escravos igual ou inferior a 10%. O grupo dos chamados Portugueses, que incluía indivíduos nascido em Portugal, Moçambique e no Estado da Índia, bem como os seus descendentes e criados, representavam menos de 1% da população total (Tabela 1).

Tabela 1: Estimativa da população do território de Moçambique, cerca 1750-1800

Grupos Populacionais	População Total Estimada (no. min.)	População Total Estimada (no. máx.)	População Total Estimada (% min.)	População Total Estimada (% máx.)
População de origem Portuguesa e Indiana, e descendentes	1.500	3.000	0,5	1%
Colonos Africanos	375.000	400.000	91,7	89
Escravos Africanos	32.000	45.000	7,8	10
Total	408.500	448.000	100	100
Tendência	400.000	450.000	-	-

Fontes: Hoppe (1970); Newitt (1973); Rodrigues (2002); Wagner (2009); APO (Parte I, 1937); AHU (*Moçambique*, documentos vários).

A análise da distribuição geográfica dos três principais grupos populacionais, mencionados anteriormente, é também bastante reveladora. No decurso do século XVIII, iremos, na verdade, assistir a uma deslocação da população do interior para zonas costeiras. Assim, enquanto no início do século XVIII a população de origem portuguesa e índiana, bem como a população de colonos livres e escravos estava concentrada nas regiões do interior, em particular em Sena, Tete e Zumbo; no final da centúria, a população portuguesa havia-se concentrado em áreas costeiras como Querimba e a ilha de Moçambique, Inhambane e Quelimane (ver Tabela 2). Esta mudança da população das regiões do interior para a costa é também visível entre a população escrava. Entre 1766 e 1806, Tete vê a sua população escrava reduzir de 5.550 para 1.244 indivíduos; enquanto a população escrava de Sena diminuiu de 15.950 para cerca 5.000 indivíduos (MIRANDA, 1911; TRUÃO, 1889, p. 40; RODRIGUES, 2002, p. 625). (ver Tabela 3).

Tabela 2: Distribuição geográfica da população de origem Portuguesa e Indiana e seus dependentes, entre 1722 e 1795 (em algumas das principais localidades de Moçambique)

Localities/Years	1722 (%)	1777 (%)	1786 (%)	1790 (%)	1795 (%)
Querimba	-	13	10	10	19
Ilha de Moçambique	-	12	9	17	13
Inhambane	-	-	7	7	13
Quelimane	2	8	6	9	9
Sena	30	13	20	7	9
Tete	25	24	31	26	7
Zumbo	12	11	-	6	6

Fontes: Hoppe (1970); Rodrigues (2002); Wagner (2009); AHU (*Moçambique*, documentos vários).

Tabela 3: Distribuição da população escrava entre 1766-1806

Distritos/Anos	1766	1767	1806
Quelimane	4.170	3.990	4.662
Sena	15.950	13.290	4.730
Tete	5.550	9.150	1.244
Zumbo	2.600	1.600	-
Total	28.270	28.030	21.836
Tendência	30.000	30.000	20.000

Fontes: Miranda (1911); Rodrigues (2002); Truão (1889).

Esta deslocação populacional do interior para o litoral esteve certamente relacionada com desastres naturais que assolaram a região neste período. Entre eles conta-se, por exemplo, a grande seca de Moçambique entre 1794 e 1802. A seca obrigaria as populações que viviam a norte e a sul do vale do Zambeze a abandonar as suas actividades agrícolas e de mineração e deslocar-se para outras regiões em busca de alimentos e água. A grande seca, portanto, levou a mudanças na economia da região.

Neste período assistiu-se também a uma crescente procura de mão-de-obra escrava no Oceano Índico, devido à expansão da economia de plantação na Ásia, bem como devido a uma crescente procura de mão-de-obra escrava no Oceano Atlântico, especialmente após a abolição do tráfico pelos Ingleses em 1807. Cidades costeiras e pequenos centros económicos ao longo da costa de Moçambique iriam, assim, adquirir um papel importante neste comércio, que iria permitir a acumulação de riqueza, atraindo novos habitantes a estes locais. Na transição do século XVIII para a século XIX assistir-se-ia, assim, a um crescimento da população urbana nestas regiões de Moçambique. É importante, porém, salientar que o nível de urbanização do território à época seria muito baixo, possivelmente inferior a 1%.²

No que respeita a distribuição da população por sexo, a análise dos vários grupos populacionais revela-se mais difícil. Mas, com base em dados recolhidos em diferentes mapas estatísticos, apresentamos seguidamente as principais tendências entre a população de origem portuguesa e indiana, e seus dependentes, e entre a população escrava a residir e trabalhar nos Prazos portugueses. Em geral, a população masculina representa mais da metade da população em ambos os grupos populacionais. Em qualquer dos casos, os homens representam sempre mais de 50% da população, podendo chegar a

² Veja em: (<http://www.pbl.nl/hyde>).

atingir mais de 70% no caso dos escravos. Em termos proporcionais havia assim um desequilibrado entre o número de homens e mulheres. Entre a população de descendência portuguesa a proporção era cerca de 1 a 2 homens por cada mulher. As diferenças eram maiores entre a população escrava empregada nos Prazos onde muitas vezes havia três ou mais homens por cada mulher (ver Tabela 4 e 5). Estas tendências seriam certamente dominantes nas zonas rurais da região, que cobriam a maior parte do território. Porém, nas zonas urbanas, a percentagem de mulheres entre a população escrava tendia a ser mais elevada, rondando cerca de 50%, como o Censo da Ilha de Moçambique de 1820 ilustra (IAN/TT, *Ministério do Reino*, cx. 622, mç. 499). Uma análise idêntica é-nos impossível fazer para o grupo dos colonos africanos livres devido a escassez de elementos nas fontes consultadas.

Tabela 4: Distribuição da população por sexo. População de origem portuguesa, 1722, 1777 e 1806 (a título de exemplo)

Years/Sexo	Male Population		Female Population		Total População	
	No.	%	No.	%	No.	%
1722	311	65	167	35	478	100
1777	522	56	405	44	927	100
1806	286	57	216	43	502	100

Fonte: (AHU, *Moçambique*, documentos vários).

Tabela 5: Distribuição da população por sexo: População escrava, cerca de 1800 (a título de exemplo)

Prazos/Sexo	Male Population		Female Population		Total População	
	No.	%	No.	%	No.	%
Gorongosa	605	76	290	37	795	100
Chringoma	761	80	185	44	946	100
Chupanga	425	73	154	27	579	100

Fontes: Rodrigues (2002, p. 641-642); AHU (*Moçambique*, documentos vários).

Relativamente à distribuição da população total por grupos etários, é-nos somente possível apresentar uma análise sumária de duas pequenas amostras para a população de origem portuguesa e indiana, e a população escrava, devido ao limitado número de dados encontrados nas fontes primárias.

A análise dos dados disponíveis para a população de origem portuguesa e indiana para o ano de 1806 (bem como para outros anos estudados) coloca em evidência a baixa percentagem de crianças com menos de 7 anos de idade. Estes dados apontam também para um limitado número de jovens entre os 7 e 15 anos; enquanto indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e 60 anos representavam 47% da população, e os indivíduos com idade superior a 60 anos menos de 20%. Tratava-se, assim, de uma população jovem, em que mais de 80% da população teria menos de 60 anos. As crianças e os jovens contabilizavam cerca de 30% da população, sendo a faixa etária entre 0 e 7 anos aquela com menos percentual, em parte devido à elevada mortalidade infantil (ver Tabela 6). Estes números são idênticos a outras sociedades do período moderno, onde a transição demográfica ainda não havia ocorrido, e as questões epidemiológicas constituíam um problema constante.

Tabela 6: Distribuição da população de origem portuguesa e indiana, e seus descendentes, por grupos etários – 1806, a título de exemplo

Grupos Etários	População Masculina		População Feminina		População Total	
	No.	%	No.	%	No.	%
0 – 7	39	14	35	16	74	15
7 – 15	49	17	40	19	98	18
15 – 60	194	68	101	47	295	59
+ 60	4	1	40	19	44	9
Total	286	100	216	100	502	100

Fontes: Truão (1889, p. 8); Rodrigues (2002, p. 241).

No que respeita à distribuição etária da população escrava, o número de fontes disponíveis é muito menor e a qualidade dos dados bastante mais pobre. É-nos, assim, impossível apresentar a distribuição por grupos etários específicos. Os elementos disponíveis permitem apenas a divisão da população em dois grupos: adultos e menores ou crianças. Assim, no Censo da Ilha de Moçambique de 1820, uma das contagens com informação mais detalhada relativamente à população escrava – os adultos contabilizavam 84%

da população; enquanto os “menores”, representavam apenas 16% (ver Tabela 7). Nos Prazos localizados no interior esse percentual seria ligeiramente menor, não excedendo os 5%, na maioria das unidades estudadas (RODRIGUES, 2002, p. 641-642; AHU, *Moçambique*, várias caixas e documentos).

Tabela 7: Distribuição da população escrava da ilha de Moçambique por grandes grupos etários, 1820

Grandes Grupos Etários	No. de escravos	% de escravos
Menores	654	16
Adultos	3495	84
Total	4149	100

Fontes: IAN/TT (Ministério do Reino, cx. 622, mç. 499).

No que respeita aos colonos livres africanos, não dispomos de qualquer contagem com referência à estrutura etária do grupo. Porém, os dados relativos a nascimentos e óbitos disponíveis para alguns Prazos ao longo do Zambeze, fornecem alguns elementos indicativos de menores níveis de mortalidade entre crianças africanas, comparativamente a crianças de origem portuguesa, indiana e mulata. Supomos, assim, que a percentagem de crianças e jovens seria ligeiramente mais elevada entre este grupo, comparativamente à população escrava e à população de origem portuguesa. A título de exemplo referimos aqui os dados disponíveis para o distrito de Cabo Delgado em 1801. Enquanto entre a população de origem portuguesa e mulata, o rácio de nascimentos/óbitos era inferior a 1 nascimento por cada óbito; entre os africanos o mesmo rácio era de cerca de 10 nascimentos por cada óbito (AHU, *Moçambique*, cx. 90, doc. 49). Isto significa que, embora a mortalidade fosse bastante elevada, era possível assegurar a substituição natural da população existente e, eventualmente, um pequeno crescimento populacional entre este grupo, que constituía a maioria da população.

População Activa

A análise da distribuição etária da população conduz-nos diretamente à questão da população economicamente activa. Qual era a dimensão da população activa da colónia cerca de 1800, e como se encontrava distribuída essa população activa por sexos, grupos etários e geograficamente?

Na actualidade, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, o número de anos de escolaridade obrigatória e a idade para a reforma ou aposentação são utilizadas como referência para definir a população economicamente activa. Tais critérios não são, porém, aplicáveis às populações activas durante o período modernos, quer na Europa, quer em outras partes do mundo. Na maioria dos casos os indivíduos trabalhavam desde tenra idade até, por vezes, aos últimos anos de suas vidas.

No caso de Moçambique, como se percebe através dos dados analisados anteriormente, as referências aos grupos etários da população são muito vagas, e é impossível encontrar qualquer menção clara à idade com que os indivíduos dos diferentes grupos populacionais seriam considerados aptos ou inaptos para o trabalho. Torna-se, assim, imperativo, ao pesquisador estabelecer alguns critérios para definir quais os limites etários dos indivíduos pertencentes à população economicamente activa.

No caso das crianças optámos por considerar os 7 anos como a idade mínima para a entrada na vida activa, uma vez que uma criança dessa idade seria capaz de executar um grande número de tarefas quer no agregado familiar, quer noutros ambientes laborais, e, na sua maioria, não estariam envolvidas em quaisquer actividades escolares.

No que respeita aos idosos, optámos por considerar inaptos para a vida activa indivíduos com idade bastante avançada, com por exemplo, 80 anos. Tal decisão é justificada por dois factores. Por um lado, estamos a tratar um período onde os indivíduos não tinham acesso a qualquer assistência social por

parte do Estado ou das entidades empregadoras, era portanto necessário trabalhar praticamente toda a vida. Esta actividade seria, na verdade, somente interrompida em situação de acumulação de riqueza, em casos bastante raros, ou devido a debilidade física, consequência de acidente, doença ou avançada idade, passando, estes indivíduos a depender da ajuda e apoio de familiares. Consideramos, por isso, que a vasta maioria da população estaria assim ocupada desde tenra idade até bastante tarde nas suas vidas. Como é que estes critérios se traduzem em termos numéricos? Para tal é fundamental estimar o número total de crianças e idosos inaptos para o trabalho, tomando, para isso, como referência os percentuais destes grupos etários por cada um dos grupos populacionais referidos: a população de origem portuguesa, indiana, e os seus descendentes, a população de colonos livres africanos, e a população escrava.

A população inactiva para a área de Moçambique sob controlo português no período de 1800 totalizaria, assim, cerca de 115.000 a 130.000 crianças e idosos, rondando cerca de 23 a 26% da população total. A população activa, em contrapartida, representaria entre 74 e 77% da população total, contabilizando cerca de 300.000 a 475.000 habitantes (ver Tabelas 8, 9 e 10a e b).

Tabela 8: Estimativa da População economicamente inactiva em Moçambique, cerca 1800 – Crianças

Grupos Populacionais	População Total Estimada (no. min.)	População Total Estimada (no. máx.)	Percentual de Crianças	No. de Crianças (min. & max.)
População de origem portuguesa e indiana	1.500	3.000	10 – 15%	225 – 450
Colonos Africanos Livres	375.000	400.000	15 – 20%	75.000 – 80.000
População Escrava	32.000	45.000	5 – 20%	3.600 – 4.900
Total	408.500	448.000	-	78.825 – 85.350
Tendência	400.000	450.000	-	80.000 – 85.000

Fonte: (AHU, Moçambique, documentos vários).³

³ Observações: Estimativa feita com base em mapas populacionais e estatísticos e inventários de Prazos (tabelas 8 a 11).

Tabela 9: Estimativa da População economicamente inactiva em Moçambique, cerca 1800 – Idosos

Grupos Populacionais	População Total Estimada (no. min.)	População Total Estimada (no. máx.)	Percentual de Idosos	No. de Idosos (Min. & Max.)
População de origem portuguesa e indiana	1.500	3.000	5%	75 – 150
Colonos Africanos Livres	375.000	400.000	10 – 15%	37.000 – 40.000
População Escrava	32.000	45.000	5 – 10%	1.800 – 2.450
Total	408.500	448.000	-	38.875 – 42.600
Tendência	400.000	450.000	-	40.000 – 45.000

Fonte: (AHU, *Moçambique*, documentos vários).

Tabela 10a: Estimativa da População economicamente activa e inactiva em Moçambique, cerca 1800

População Estimada	Activa (min. & máx.)	Inactiva (min. & máx.)
Estimativa Total (no.)	c. 300.000 – 350.000	c. 115.000 – 130.000
Estimativa Total (%)	c. 74% – 77 %	c. 23% – 26%

Fonte: (AHU, *Moçambique*, documentos vários).

Tabela 10b: Estimativa da Distribuição da População economicamente activa em Moçambique, cerca 1800, por grupos populacionais

Grupos Populacionais	População Activa Estimada (no. min. & máx.)	População Activa Estimada (% min. & máx.)
População de origem portuguesa e indiana	1.200 – 2.400	0,4 – 1
Colonos Africanos Livres	263.000 – 280.000	87 – 90,4
População Escrava	26.600 – 37.650	9,2 - 12
Estimativa Total	290.800 – 320.050	100

Fonte: (AHU, *Moçambique*, documentos vários).

Em termos de distribuição por sexos, a proporções de ambos os sexos na população total, e a análise do Censo da Ilha de Moçambique de 1820 e das contagens de indivíduos residentes e trabalhadores em vários Prazos do Zambeze, sugerem que a maioria da população activa seria do sexo masculino podendo rondar os 55 a 60%, enquanto as mulheres representariam entre 40 a 45% (ver Tabelas 4 e 5; RODRIGUES, 2002, p. 641-642; IAN/TT, *Ministério do Reino*, cx. 622, mç. 499).

No que respeita à distribuição geográfica desta população economicamente activa, tomando como referência a distribuição geográfica da população total sob a influência portuguesa analisada na secção anterior deste estudo, diríamos que a população activa seguia a mesma tendência. Assim, no século XVIII, a maioria da população estaria concentrada na região do vale do Zambeze, entre Quelimane e Sofala, na costa, e Sena, Tete e Zumbo no interior Moçambique. No decorrer do século XIX, parte da população activa da região, gradualmente, ter-se-ia deslocado para a costa e em direção ao sul. Este movimento da população ter-se-ia ficado a dever à grande seca, ao declínio gradual da mineração na região, e à crescente procura de mão-de-obra escrava (legal e ilegal), em portos moçambicanos, para atender as necessidades de trabalho no Oceano Índico e no Atlântico, especialmente do Atlântico Sul, como já referimos. As fontes à nossa disposição não permitem, porém, uma análise mais detalhada da distribuição geográfica da população activa na região durante o período aqui em estudo.

Vejamos seguidamente o tipo de actividades económicas desenvolvidas na mesma região a participação dos grupos populacionais, acima referidos, nas mesmas, e o tipos de relação de trabalhos subjacentes a essas actividades.

Economia

Como já mencionamos anteriormente, durante o período aqui estudado a influência portuguesa na África Oriental concentrou-se ao longo do vale do Zambeze, entre Quelimane e Sofala, e Sena, Tete e Zumbo, no interior. Durante a Época Moderna e início de 1800, as principais actividades económicas desenvolvidas nesta região foram: a agricultura e actividades associadas como a caça, a recollecção de produtos silvestres, a mineração de

ouro, o comércio do mesmo, juntamente com marfim e escravos, a produção de artigos artesanais e o transporte de mercadorias.

A agricultura era a principal actividade económica da região do Vale do Zambeze, pois era fundamental para a subsistência da população africana livre. Este grupo populacional era responsável pela maior parte da produção agrícola, incluindo o milho, milho painço, trigo, açúcar, tabaco e óleo de amendoim. Essas actividades foram, muitas vezes, combinadas com a caça ao elefante para obtenção de carne e marfim, e a recollecção de vários produtos silvestres, tais como o mel, a cera e a madeira.

Parte dos produtos obtidos através das referidas actividades, quer pela população africana livre e escrava, era controlada pela população de origem portuguesa, proprietária dos chamados Prazos localizados ao longo do vale do Zambeze, e na dependência dos quais inúmeros africanos livres denominados de Colonos e escravos viviam e trabalhavam, pagado ao senhor do Prazo tributo sob a forma de trabalho e/ou produtos pela protecção oferecida pelo dito senhor (NEWITT, 1995, p. 237-242). Muitos dos produtos recebidos pelos Prazeiros destinavam-se à exportação, entre eles contavam-se vários produtos agrícolas como arroz, juntamente com marfim, âmbar e ouro.

Desde o século XVI, esta região fora conhecida pelas suas actividades de mineração, principalmente de ouro (amarelo e branco), e da caça ao elefante para obtenção de carne e, em especial marfim. Com decorrer do tempo, a mineração de ouro iria diminuir, enquanto a caça ao elefante e o comércio do marfim iriam intensificar-se. A expansão do comércio de marfim e de suas intrincadas redes comerciais conduziu, na verdade, à formação de várias comunidades ao longo da costa de Moçambique, quer sob a protecção portuguesa, quer de outras autoridades locais muçulmanas e africanas.

Embora de natureza diferente, estas actividades partilhavam algumas características, nomeadamente no que respeita à introdução de seus produtos

no mercado. Ambos os artigos eram obtidos no interior, onde as actuais fronteiras de Moçambique, do Malawi, da Zâmbia e do Zimbabwe se encontravam. No entanto, ambas as produções estavam destinadas a mercados externos localizados no Oceano Índico e em alguns casos na Europa, no mundo Atlântico e no Extremo Oriente. Portanto, tanto o ouro como o marfim, tinham de ser transportados ao longo de distâncias consideráveis para alcançar os centros comerciais junto a costa, onde esses produtos deveriam ser trocados por outros artigos, incluindo panos indianos e pérolas importados por mercadores de Diu, Damão e Goa. No entanto, no que diz respeito ao comércio propriamente dito, as transacções destes artigos parecem ter sido organizadas de forma ligeiramente diferente.

O ouro era extraído em trabalhos de mineração de superfície e transportado para várias feiras no interior. Algumas delas eram controladas por comerciantes portugueses, outras tinham sido organizadas e controladas por líderes africanos. Muitos desses locais devem ter tido uma origem remota emergindo com o início das actividades de mineração no interior do Reino do Zimbabwe no século XI. As feiras mais importantes realizavam-se no vale Mazoe, nas montanhas Manica e no vale de Ruenha. No vale Mazoe, as feiras mais importantes eram Quitamborvize, Dambarare e Ongoe. Em Manica as principais feiras eram Masekesa, Vumba e Matuca. Ao longo do século XVIII, seriam as feiras de Manica e Zumbo os principais centros de comércio de ouro no interior moçambicano. A última, fundada na década de 1720, seria a mais próspera realizando o maior volume de comércio na época. No entanto, no final do século XVIII, estas feiras entrariam em declínio.

No auge da sua prosperidade, estes locais teriam aglutinado uma população considerável, que vivia nos pequenos estabelecimentos portugueses, nas aldeias vizinhas ou na proximidade dos locais onde decorriam os trabalhos de escavação (NEWITT, 1995, p. 194).

Nas feiras, os comerciantes vindos do litoral também encontravam algum marfim, embora a maior parte desta "produção" fosse encaminhada para diversos portos da costa para exportação para o Oceano Índico, e reexportação para a Europa e o Oriente. A procura de marfim nestas regiões contribuiu, na verdade, para o desenvolvimento de três principais actividades: a caça, o transporte e o comércio, envolvendo os caçadores, carregadores e comerciantes. A primeira actividade parece ter sido desenvolvida maioritariamente por homens, enquanto a segunda terá sido desempenhada por homens ou mulheres. A última actividade foi, muitas vezes, considerada como uma actividade masculina, principalmente entre muçulmanos e cristãos. No interior os povos Maravi, Lunda e Bisa parecem ter sido os principais grupos envolvidos na caça ao elefante (NEWITT, 1995, p. 183). Para chegar aos portos costeiros, o marfim era transportado em caravanas. Até ao século XIX, estas caravanas, tanto oriundas do Norte como do Sul do vale do Zambeze, parecem ter sido controladas pelo povo Yao. O transporte de marfim, bem como de outros produtos, terá sido assim uma importante actividade económica para parte da população. Nos séculos XVI e XVII, Angoche e Kilwa tinham sido os dois principais centros de comércio de marfim. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, a Baía de Maputo e as ilhas adjacentes tornar-se-iam os principais centros de exportação.

Tanto a mineração de ouro como a caça ao elefante eram actividades complementares para a maioria da população que se dedicava ao cultivo da terra. Estas actividades proporcionavam às aldeias e às famílias uma fonte de renda extra e carne.

O comércio de escravos era outra actividade importante na economia de Moçambique sob o domínio português. Desde o século XVI, escravos africanos surgiam nas cargas dos navios juntamente com marfim, ouro e alimentos enviados para o Estado Português da Índia ou em embarcações rumo

a Lisboa. Mas, até ao início do século XVIII o seu impacto nas sociedades e economias locais terá sido limitado.

A partir da década de 1720, em parte devido à introdução da economia de plantação de açúcar no Oceano Índico, pelos franceses, uma crescente procura de mão-de-obra escrava iria surgir na costa de Moçambique. Este tráfico concentrou-se a norte das Ilhas de Moçambique, em Ibo e nas Ilhas Querimba, envolvendo principalmente comerciantes franceses e afro-portugueses, com um reduzido envolvimento das autoridades portuguesas. Na década de 1780, este comércio passaria, porém, para o controlo (pelo menos parcialmente) dos funcionários da Coroa portuguesa (ALPERS, 1975; CAPELA, 1987; 1995; 2002).

Durante este período, a procura de mão-de-obra escrava na costa de Moçambique iria aumentar ainda mais devido à chegada de comerciantes franceses do Caribe. No início de 1800, esta procura cresceu novamente devido à abolição do comércio de escravos pela Inglaterra, e a pressão exercida sobre os vários países europeus ainda envolvidos no negócio para pôr fim a esta prática. A abolição do tráfico no Atlântico levaria a um aumento do tráfico ilegal de escravos no Índico. Neste período, os comerciantes de escravos de origem portuguesa, sedeados em Moçambique, e no Brasil, bem como comerciantes dos Estados Unidos e Cuba tornar-se-iam os principais importadores de mão-de-obra escrava no mercado moçambicano.

No interior, este tráfico parece ter sido controlado pelo povo Makua. A captura dos escravos era feita em áreas próximas à costa, sendo os escravos, posteriormente, encaminhados para os principais portos deste comércio, já referidos acima. Na costa, o negócio de exportação de escravos, era controlado pela comunidade portuguesa na região, incluindo indivíduos de origem portuguesa, indiana e mulata.

Vejamos, agora, em maior detalhe a participação dos vários grupos da população economicamente activa nestas actividades e o tipo de relações laborais em que surgem envolvidos.

Relações Laborais

Como já referimos, as contagens e censos parciais de Moçambique de finais de 1700 e inícios de 1800 só nos fornecem informação detalhada sobre as profissões de uma pequena parte da população economicamente activa. A primeira listagem de profissões conhecida data de 1780 e apenas nos apresenta dados para 219 indivíduos, que na sua maioria pertenciam ao grupo populacional de origem portuguesa, mulata e indiana, o qual representava somente 0.5 a 1% da população economicamente activa (AHU, *Mocambique*, cx. 18; NEWITT, 1973, p. 141).

Muitos destes indivíduos combinavam diferentes actividades incluindo a posse e exploração de Prazos ao longo do vale do Zambeze, o serviço militar e/ou administrativo à Coroa Portuguesa, juntamente com o comércio de vários tipos de produtos, bem como o tráfico de escravos. Estes indivíduos surgem, assim, envolvidos simultaneamente em diversos tipos de relações de trabalho. Na qualidade de Prazeiros, eles assumiam, por um lado o papel de empregadores, quer de africanos livres (os chamados colonos), a residir e trabalhar nas imediações dos prazos, quer de escravos de sua propriedade, bem como de criados (ver Tabela 11). Por outro lado, enquanto detentores de terra, de escravos, do produto da exploração de ambos, e dos lucros obtidos através da sua comercialização, estes indivíduos podem também ser vistos como empresários a título individual trabalhando por conta própria (ver Tabela 11). Além disso, e como já referimos, estas actividades eram desempenhadas em paralelo com a prestação de serviço militar ou administrativo à Coroa portuguesa, pelo qual estes indivíduos recebiam um salário. Tal facto, colocava-

os também numa situação de trabalhadores assalariados de uma instituição cuja actividade não se encontrava direccionada para a economia de mercado (ver Tabela 11). Finalmente, muitos destes indivíduos, quer homens quer mulheres (sobretudo viúvas), eram chefes de agregados familiares, em regra alargados, que na época funcionavam como pequenas ou grandes (no caso dos Prazos) unidades de produção, quer vocacionadas para o consumo interno do agregado, quer para a comercialização. Em qualquer dos casos, os chefes de família surgiam, assim também, como líderes ou chefes de produção dentro do agregado, enquanto os seus cônjuges e descendentes eram, também, na maioria dos casos membros activos na referida produção do agregado familiar (ver Tabela 11).

Tabela 11: Estimativa das Relações de Trabalho da População de Moçambique, cerca de 1800

Relação Laboral	Descrição da Relação Laboral	Porcentagem da População
Tipo 1	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não suposto trabalhar, incluindo crianças com idade inferior a 7 anos, idosos com idade superior a 80 anos, e pessoas com deficiência física ou mental	25%
Tipo 2	Indivíduos que vive de rendimentos	0.5%
Tipo 3	Desempregados	0.5%
Tipos 4+5+10+ 16	Indivíduos que combinam as seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Chefes de produção • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Familiares dependentes envolvidos na produção • Trabalho como pagamento de Tributo, enquanto Colonos dependentes de um proprietário de um ou mais <i>Prazos</i> • Trabalho para a economia de mercado enquanto Colonos dependentes de um proprietário de um ou mais <i>Prazos</i> 	1% 4% 10% 50%
Sub-total		65%
Tipo 4+5+11+17	Indivíduos que combinam as seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Chefes de produção • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Familiares dependentes envolvidos na produção 	0.5% 0.5%

Relação Laboral	Descrição da Relação Laboral	Percentagem da População
	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho como pagamento de Tributo, enquanto Escravos de um proprietário em zonas rurais e/ou urbanas 	2%
	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para a economia de mercado, enquanto Escravos de um proprietário em zonas rurais e/ou urbanas 	4%
Sub-total		7%
Tipo 4+5+12+13+18	Indivíduos que combinam as seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Chefes de produção • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Familiares dependentes envolvidos na produção • Trabalho por conta própria • Empregadores (de Criados, Colonos e Escravos) • Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc. 	
Sub-total		1%
Tipo 6	Agregado familiar – Criados envolvidos na produção	0.5%
Tipo 7	Agentes redistribuidores	0
Tipo 8	Trabalho como pagamento de Tributo – Trabalhadores forçados	0
Tipo 9	Trabalho como pagamento de Tributo – Trabalhadores contratados-dependentes (do empregador até à data do pagamento da dívida)	0
Tipo 14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	0.5%
Tipo 15	Trabalho para a economia de mercado – Trabalhadores contratados-dependentes (do empregador até à data do pagamento da dívida)	0%
Total		100%

Fonte: (AHU, *Moçambique*, documentos vários).

Em contrapartida, as principais actividades económicas da região, como a mineração do ouro, a agricultura, a recolha de produtos silvestres e o transporte eram executados, como já referimos pela população africana livre, que constituía a vasta maioria da população economicamente activa. Tal como no caso dos indivíduos de origem portuguesa, mulata e indiana, e aliás como grande parte das sociedades pré-industriais do período moderno, também eles

iriam desempenhar, em simultâneo, várias actividades económicas surgindo assim envolvidos em diferentes tipos de relações de trabalho.

Na área sob o domínio português, grande parte desta população africana livre vivia e trabalhava ao longo do vale do Zambeze junto aos Prazos, acima referidos. Para obter a protecção do senhor do Prazo, muitos destes africanos iriam-lhe pagar tributo. O pagamento do mesmo podia assumir duas formas: pagamento em dias de trabalho em tarefas específicas ou pagamento em géneros. Era, assim, comum ver os chamados Colonos realizar um vasto número de actividades agrícolas no Prazo, incluindo a produção de milho e açúcar, e a criação de animais de capoeira. Estas tarefas eram regularmente combinadas com a caça ao elefante para obtenção de carne e marfim, produtos que também constavam da lista de tributos exigidos pelos senhores dos prazos, bem como mel, cera, sal, madeira, extraídos directamente da natureza e peixe seco, obtido em pescarias no Zambeze (NEWITT, 1995, p. 239). Grande parte do trabalho e dos artigos pagos como tributo ao senhor destinavam-se não ao consumo interno do Prazo, mas ao abastecimento de pequenos centros urbanos e à exportação através dos portos costeiros. Os produtos obtidos através das actividades agrícolas, a caça, a pesca e a recollecção na savana serviam também para alimentar as aldeias e as famílias dos colonos.

Os colonos africanos surgem, assim, envolvidos em vários tipos de relações de trabalho. Enquanto chefes de aldeias e de famílias, o seu envolvimento na produção de artigos para a subsistência das mesmas deve ser visto como Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de líderes de produção. Os restantes membros dessas aldeias e famílias, quer mulheres, quer outros dependentes aptos para o trabalho devem, por outro lado, ser vistos como familiares dependentes envolvidos na produção de bens para o consumo interno da família ou da aldeia (ver Tabela 11). As relações de trabalho estabelecidas entre o Colono e o Prazeiro enquadram-se noutra tipo de relação

laboral, o chamado Trabalho como forma de pagamento de tributo. Nesta categoria, o tributo do Colono assumia como vimos acima duas formas: trabalho e produtos. Assim, o Colono tinha em simultâneo uma relação de dependência face ao Senhor que o obrigava a trabalhar a sua terra, bem como uma obrigação de pagamento de uma espécie de imposto em géneros, que se destinava maioritariamente a economia de mercado (ver Tabela 11).

No que respeita à população escrava, podemos distinguir três categorias principais de escravos com papéis diferentes na economia local, regional e internacional: os escravos urbanos, os escravos para exportação e os escravos rurais. Nas cidades portuguesas, nas fortalezas e nas frotas de Moçambique e da Carreira da Índia, os dois primeiros grupos eram uma presença constante desde o século XVI, quer em trânsito, quer na qualidade de trabalhadores. No último caso, eles realizaram uma ampla variedade de tarefas associadas à vida diária nesses espaços, incluindo os serviços domésticos, a venda ambulante de produtos, trabalhos artesanais, etc., tal como acontecia em Lisboa, Luanda, Bahia e Goa. Estes seriam, muitas vezes, considerados como escravos urbanos e qualificados. Os escravos rurais formavam um outro grupo importante e, certamente, mais numeroso. A sua maioria vivia e trabalhava nos Prazos do Zambeze ou nas aldeias vizinhas sob a jurisdição do Prazeiro.

Muitos desses escravos haviam sido agregados ao Prazo e ao seu proprietário através de um "um sistema de obrigações recíprocas". Neste sentido, a relação entre o mestre e escravo aproximava-se mais do clientelismo e da dependência feudal do que das formas de escravidão que se desenvolveram nas Américas. Na maioria dos casos, estes escravos viviam em aldeias próprias, sujeitas à jurisdição do Prazeiro, onde tinham as suas famílias e, em paralelo, com as tarefas que desempenhavam para o seu Senhor, desenvolviam actividades várias para garantir a sua subsistência. Com o decorrer do tempo, este tipo de escravos tornar-se-ia conhecido como Chicunda e seria empregado

pelos seus senhores na recolher de tributos dos colonos, em missões diplomáticas, na defesa do Prazo e regiões dependentes, bem como na realização de expedições comerciais, em nome do Praiseiro. O Chicunda ou Achicunda constituía, na verdade, a maioria dos escravos nos Prazos (DIAS, 1956, p. 342-357; AHU, *Mocambique*, cx. 56, doc. 3, cx. 17, doc. 73; RODRIGUES, 2002, p. 641-642).

Os restantes escravos a residir no Prazo ou na sua dependência também desempenhavam uma grande variedade de funções. Por exemplo, “os Prazos dos Jesuítas empregavam cozinheiros, padeiros, barbeiros, alfaiates, pedreiros, lavadeiras, pescadores, costureiras, carpinteiros, lavradores, ferreiros, construtores de barcos, e mineiros de ouro, bem como escravos domésticos” (NEWITT, 1995, p. 241).

Existem, porém, algumas distinções no tipo de actividades realizadas por escravos do sexo masculino e feminino. A maioria das escravas dedicava-se à agricultura e à mineração. Estas duas actividades mantinham ocupada mais de 85% da população activa feminina escrava em vários dos Prazos estudados (DIAS, 1956, p. 342-357; AHU, *Mocambique*, cx. 56, doc. 3, cx. 17, doc. 73; RODRIGUES, 2002, p. 641-642). Na verdade, de acordo com vários relatos de viagem e relatórios oficiais da época, os mineiros eram geralmente mulheres (NEWITT, 1995, p. 209).

Tal como os colonos africanos, os escravos surgem, assim, também envolvidos em vários tipos de relações de trabalho. Enquanto chefes de aldeias e de famílias (no caso dos Chicunda), eles surgiam envolvidos na produção de artigos ao nível da aldeia e da família para a subsistências das mesmas. Nesta qualidade, eles chefiavam, muitas vezes, o trabalho desenvolvido na aldeia e no seio do Agregado familiar. Os restantes escravos dessas aldeias e famílias, quer mulheres, quer outros dependentes aptos para o trabalho também contribuía para a produção de bens para o consumo interno, surgindo assim como

familiares dependentes envolvidos na produção dos agregados familiares e das aldeias (ver Tabela 11).

Por outro lado, as relações de trabalho estabelecidas entre o senhor do Prazo e o Escravo enquadram-se noutra forma de relação laboral, o chamado Trabalho como forma de pagamento de tributo. Nesta categoria, há, porém, uma importante distinção a ser feita. Por um lado, o escravo tinha uma relação de dependência e obrigação face ao Senhor que detinha o direito de vender bem como de o obrigar a trabalhar. Porém, uma parte significativa das actividades desenvolvidas pelos escravos nas zonas rurais estava orientada para a produção de bens destinados a economia de mercado (ver Tabela 11).

Conclusão

Com base na consulta e análise de múltiplas fontes primárias foi-nos possível apresentar neste estudo uma estimativa preliminar da população do território de Moçambique sob o domínio da Coroa Portuguesa, cerca de 1800, bem como da sua economia e principais relações de trabalho.

Na transição do século XVIII para a centúria seguinte, essa população rondaria cerca de meio milhão de habitantes e a sua população economicamente activa totalizaria cerca de 300.000 a 400.000 indivíduos, na sua maioria africanos livres. Essa população africana livre dedicava-se à agricultura, à mineração, à recollecção, à caça e à pesca, num regime de dependência de grandes senhores da terra – um regime que obrigava o africano livre a pagar tributo ao senhor da terra em troca de protecção, sob a forma de trabalho e bens destinados maioritariamente à comercialização. Os africanos escravizados constituíam apenas cerca de 10% da população, e embora o seu estatuto jurídico fosse completamente distinto do colono, o tipo de actividades desempenhadas era bastante idêntico. Tal como o colono, a maior parte do trabalho escravo destinava-se também a produção de bens para o

abastecimento dos mercados locais, regionais e internacionais. Na verdade, o próprio escravo era, em muitos casos, visto como uma “mercadoria” para esses mercados. A população de origem portuguesa, afro-portuguesa e indiana, embora fosse o grupo populacional menos numeroso da colónia, controlava uma parte substancial das actividades económicas, na qualidade de senhores da terra, de escravos, empregadores de criados e de colonos dependentes, bem como enquanto grandes homens de negócio, e detentores de postos na administração local da Coroa Portuguesa.

Perante estes dados, o desafio que se apresenta agora ao pesquisador é comparar os tipos de relações laborais dominantes na colónia portuguesa com aquelas existentes no seio das sociedades e economias africanas apenas marginalmente influenciadas e afectadas pela presença portuguesa até ao final do século XIX. Esta será uma questão que procuraremos dar resposta com a nossa futura pesquisa.

Referências

- ALLEN, Richard B. *Slaves, freedmen, and indentured laborers in colonial Mauritius*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ALLINA-PISANO, Eric. Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929. *History in Africa*, v. 24, 1997.
- ALLINA-PISANO, Eric. *Slavery by any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.
- ALPERS, Edward A. *Ivory and Slaves in East Central Africa: Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- CAPELA, José. *O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987.
- CAPELA, José. *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1993.
- CAPELA, José. *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, 1995.

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique: 1700-1904*. Porto: Afrontamento, 2002.

DIAS, Jorge. *Minorias étnicas nas Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho. *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique: Século XVIII*. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1954.

HOPPE, Fritz. *A África Oriental Portuguesa no tempo do marquês de Pombal, 1750-1777*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

ISAACMAN, Allen. *Mozambique: The Africanization of a European Institution: The Zambezi Prazos, 1750-1902*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1972.

MACHADO, Pedro. *Gujarati Indian merchant networks in Mozambique, 1777-c.1830*. Londres, 2005. Tese (Doutorado) - University of London, 2005.

MACHADO, Pedro. A Forgotten Corner of the Western Indian Ocean: Gujarati Merchants, Portuguese India and the Mozambique Slave Trade, c.1730-1830. *Slavery and Abolition*, v. 24, n. 2, 2003.

MADDISON, Angus. *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD, 2004. 2 vols.

MANNING, Patrick. African Population: Projections, 1850-1960. In: ITTMANN, Karl; CORDELL, Dennis D.; MADDOX, Gregory H. (Eds.). *The Demographics of Empire: The Colonial Order and the Creation of Knowledge in Africa*. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2010.

MCEVEDY, Colin; JONES, Richard. *Atlas of World Population History*. Londres: Penguin, 1978.

MIRANDA, António Pinto de. *Memória da África oriental e da monarquia africana*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

NEWITT, Malyn. *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure and colonial rule in East Africa*. Londres: Longman, 1973.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; PEREIRA, A. B. de Braganca, *Arquivo português oriental*. Bastora, Índia Portuguesa: Tip. Rangel, 1936-1940.

RODRIGUES, Eugénia. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena*. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII. Lisboa, 2002. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2002.

TRUÃO, António Norberto de Barbosa Vilas Boas. *Estatísticas da capitania dos rios de Senna do ano de 1806*. Lisboa: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1889.

WAGNER, Ana Paula. *População no Império Portugues: Recenseamentos na Africa Oriental Portuguesa na segunda metade do seculo XVIII*. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, 2009.